

População reage contra 10 andares em Vila Velha

A122841

A Câmara Municipal de Vila Velha vota hoje a redação final da lei que unifica os gabaritos para as construções de imóveis no município — máximo de 10 andares — aprovada numa tumultuada sessão realizada anteontem e que se prolongou até às 23 horas. A lei já está causando polêmica no município, onde o Conselho Comunitário, associações de moradores e diversas entidades civis pretendem fazer uma ampla campanha de mobilização popular de modo a provocar o veto do prefeito Carlos Malta.

Ontem, a assessoria técnica da Prefeitura de Vila Velha esteve reunida com o prefeito Carlos Malta obtendo a sua promessa de que nenhuma decisão será tomada sem que antes sejam ouvidos os técnicos da PMVV, que são totalmente contrários à medida. “Existem em Vila Velha, somente na sua orla marítima, 32 mil lotes vagos, portanto o município não necessita ainda de um crescimento vertical”, como justificou a assessora de Planejamento da PMVV, Irene Léa Bolsó.

“Oportunismo”

A unificação dos gabaritos de construção de Vila Velha foi aprovada anteontem, numa iniciativa da Comissão de Obras da Câmara Municipal que apresentou emenda ao projeto de lei do prefeito Carlos Malta que visava definir a ocupação das coberturas dos imóveis. Segundo o vereador Felício Correa, a aprovação foi possível devido à ausência de dois vereadores que também se posicionavam contrários à medida — Luiz Zamprogno e João Artém, ambos do PMDB — e que naquele dia participavam de comícios nos bairros onde detêm lideranças.

— Foi oportunismo puro. Ninguém sabia que a matéria iria entrar na pauta dos trabalhos daquele dia, justamente quando estavam ausentes dois vereadores que possivelmente seriam desfavoráveis — disse o vereador. Dos 14 vereadores presentes, apenas Felício Correa e Joel Ribeiro (PMDB) votaram contra a emenda. Além de contrário à matéria, por não ter sido analisada por técnicos, Felício Correa a condenou ainda por ela “ser muito generalizada”, não especificando se o número de andares agora permitidos — 10 — são sob pilotis, se exige aproveitamento de áreas para garagens e outros detalhes técnicos.

A lei não questiona também as especificidades dos bairros de Vila Velha, que segundo os técnicos da PMVV não permitem de modo igual a ocupação de seus solos. “Vila Velha tem várias regiões de características distintas. A Prainha tem o seu valor histórico e um crescimento vertical naquela região descaracterizaria todo o seu passado. Também a região da reserva biológica



Galina: mobilizar para convencer

de Jacarenema, na Barra do Jucu, Morro do Moreno, na Praia da Costa e a lagoa Encantada, na foz do rio Aribri, são outros exemplos de áreas não-recomendadas”, disse a assessoria de Planejamento da PMVV.

Infra-estrutura

Para a assessoria de Planejamento da Prefeitura de Vila Velha, a ocupação do solo do município e a sua utilização não podem ser definidas isoladas da questão dos gabaritos de construções, daí porque acreditam ser inviável a padronização dos andares num máximo de 10, antes de que sejam concluídos os estudos do Instituto Jones Santos Neves sobre a ocupação e utilização do solo no município, que se estenderia até à elaboração do Plano Diretor Urbano de Vila Velha.

Apesar da Comissão de Obras da Câmara de Vila Velha ter justificado que o limite de 7 andares para os imóveis representava um entrave ao crescimento do município, Irene Léa, Bolsó argumentou que atualmente somente na orla marítima 32 mil lotes estão desocupados, número que não é superior aos lotes do interior do município. Vila Velha, no seu entender, ainda permite um crescimento horizontal e não suportaria um aumento vertical devido aos problemas de infra-estrutura que seriam provocados com o aumento dos prédios.

A lei, segundo ainda a assessoria técnica de planejamento da PMVV, converteria para o litoral os principais empreendimentos imobiliários, por ser uma área valorizada. “Eles matam, com essa lei, a galinha dos ovos de ouro”, disse Irene Léa ao explicar que a Praia da Costa, área mais valorizada da região, perderia todos os atrativos que justificam essa valorização. Atualmente, por exemplo, os esgotos são deposi-



Irene Léa: esgotos na praia

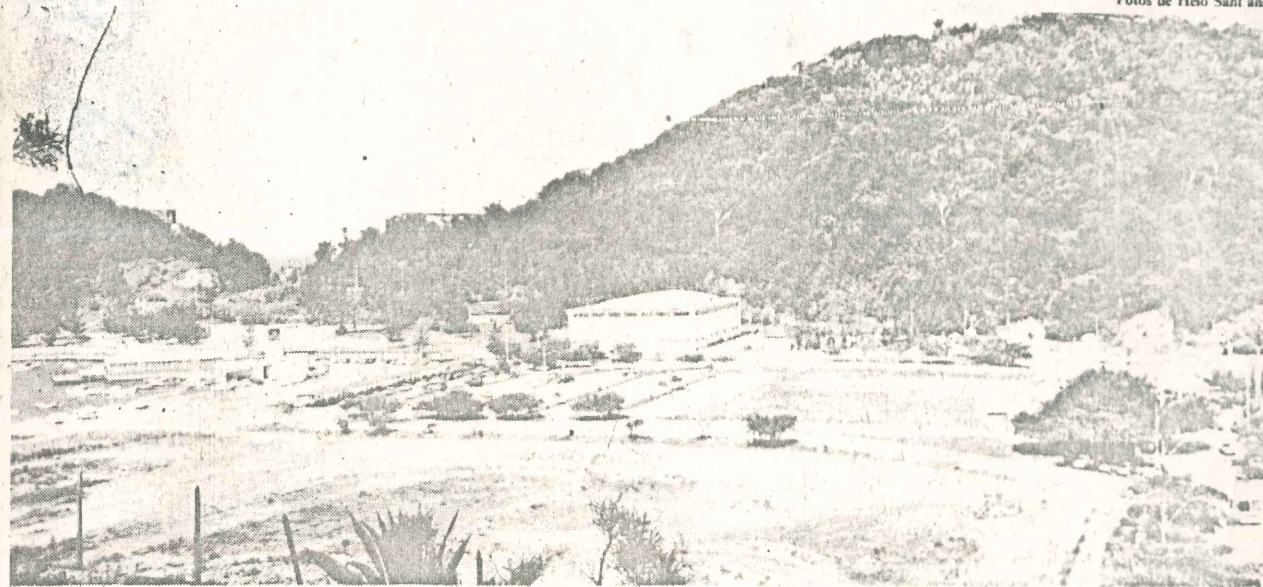
tados no Canal da Costa, mas com o aumento vertical permitido pela lei, os esgotos teriam que ser jogados na praia.

Privilégio

Além da poluição e do paredão que se formaria na orla marítima do município, Irene Léa lembrou que a PMVV precisaria reforçar para aquelas áreas os projetos de infra-estrutura, o que deixaria a máquina administrativa voltada para uma região que já recebeu melhoramentos urbanos, em detrimento das diversas áreas carentes do município onde o problema de urbanismo é grande. “Os esforços seriam novamente dirigidos para as áreas valorizadas e a PMVV não teria recursos para cobrir as regiões necessitadas”, disse.

O prefeito Carlos Malta, segundo informaram os assessores técnicos da PMVV depois da reunião, deverá, antes de se decidir pelo veto ou sanção à lei aprovada, ouvir o parecer da sua assessoria de Planejamento, prometendo avaliar a sua sugestão.

Já o Conselho Comunitário de Vila Velha, conforme anunciou seu secretário geral, Braz Galina, irá promover assembleias entre as associações de moradores, de modo a mobilizar a população para que convença o prefeito e os vereadores a rejeitem a medida. A preocupação dos moradores, como observou, é a de que o prefeito Carlos Malta rejeite a lei mas seu veto seja por sua vez anulado pelos vereadores. Também a Associação dos Moradores de Vila Velha — Centro, promoveu uma reunião ontem a noite para se posicionar sobre o assunto, devendo ter audiência hoje, às 17 hs, com o prefeito. Vários políticos e essas entidades de moradores pretendem, em última análise, entrar com uma ação popular na Justiça contra a lei.



Fotos de Hélio Santana

A construção de prédios com 10 andares descaracterizará o passado de Prainha, segundo a PMVV